

CLIPPING IMPRESSO

07/11/2020



INDICE

1. JORNAL CORREIO BRAZILIENSE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. CNJ.....	2
2.2. COMARCAS.....	3
2.3. INSTITUCIONAL.....	4
2.4. SERVIDOR PÚBLICO.....	5
3. JORNAL EXTRA	
3.1. VARA CRIMINAL.....	6
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	7 - 8
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. AÇÕES TJMA.....	9
5.2. JUÍZES.....	10
5.3. PRESIDÊNCIA.....	11
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	12 - 13
6.2. DESEMBARGADOR.....	14
6.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	15
6.4. JUÍZES.....	16
6.5. VARA CRIMINAL.....	17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. ASSESSORIA.....	18
7.2. AÇÕES TJMA.....	19
7.3. DECISÕES.....	20 - 21
7.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	22 - 23
7.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	24
7.6. VARA CRIMINAL.....	25

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Desigualdade social e corrupção I

Dos muitos fatores que concorrem para facilitar e até mesmo incentivar a perpetuação da corrupção entre nós, mesmo depois dos gigantescos esforços feitos por operações exitosas como a Lava-Jato, nenhum outro é tão importante e tão central quanto a questão da desigualdade social, item no qual o Brasil continua sendo um dos grandes campeões mundiais.

À primeira vista, pode até parecer que não existe ligação direta entre um fenômeno e outro, o que explicaria, por certo, a pouca atenção que estudiosos do problema têm dado a essa relação de causa e efeito. Apenas à guisa de introdução nesse assunto, é preciso observar que o fenômeno da corrupção na máquina do Estado diminui naqueles países onde a desigualdade social tende a ser menor, aumentando, no mesmo sentido, à medida em que crescem também os níveis de desigualdades sociais.

A explicação para o interligamento desses dois fatores pode ser encontrado no seio do próprio Estado. É nas flagrantes diferenças com que o Estado trata seus cidadãos, de acordo com o poder aquisitivo de cada um, que reside um dos múltiplos braços desse polvo imortal da corrupção. A começar pelos efeitos da carga tributária, que especialistas já comprovaram recair justamente sobre os cidadãos com as menores rendas.

Passa pelo sistema judiciário, no qual o indivíduo flagrado furtando um pacote de manteiga, dentro do que seria entendido como um delito por razões famélicas, é condenado e encarcerado por quatro anos, mesmo tendo família para cuidar e dar sustento. Esse mesmo sistema de Justiça, alojado no que seria o mais complexo e perdulário organograma de um Poder Judiciário de todo o planeta, encontra em seus mecanismos Kafkianos meios de impedir a condenação de poderosos que desviaram bilhões de reais dos cofres públicos, concedendo-lhes todas as fa-

cilidades e as indulgências, inclusive perseguindo aqueles que ousaram acusar tão nobre casta.

Noutras instâncias, como no Legislativo, a blindagem de seus membros cuida para que os maestros dessa “cacofonia” desarmônica que é o Brasil fiquem ao abrigo de quaisquer penalidades, mesmo quando apanhados em crimes de morte.

Com a pandemia, essas disparidades surreais ficaram ainda mais evidentes, apenas observando-se a quantidade insuficiente de enfermeiros para cada médico. De médicos para cada paciente. De leitos para cada internado. De medicamentos para cada enfermo. Enquanto um único médico não encontra quem o auxilie na hora da emergência, um juiz nas altas Cortes conta com centenas de auxiliares pagos a peso de ouro.

Esse mesmo servidor da saúde, quando adoecido, não encontra meios próprios para assegurar sua vida. Os planos de saúde, sustentados pela população de baixa renda, atendem apenas os pacientes do andar de cima. Por que razão um profissional bombeiro ou socorrista, que trabalha salvando vidas, não possui os mesmos planos de saúde de primeira linha de um ocupante do alto escalão do Estado?

Questões como essas deixam pistas para entender como o processo intrincado da desigualdade social, acaba imbicando e se misturando ao fenômeno da corrupção, dando-lhe impulso e vitalidade para se prolongar incólume no tempo. Esse binômio perverso poderia muito bem ser rompido, por meio de um longo processo de educação da população, com o Estado garantido qualidade ao ensino público. Mas isso não foi feito, talvez por uma razão até singela e já apontada por educadores como Darcy Ribeiro, que, certa vez, notou: “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto.”

CNJ visita instalações da Central de Alternativas Penais de São Luís

A iniciativa integra programação para pactuação do Plano Executivo Estadual do "Fazendo Justiça; o magistrado Luís Lanfredi elogiou o trabalho de execuções penais conduzido pelo juiz Fernando Mendonça

Divulgação



Visita foi acompanhada por equipes da 2ª Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Maranhão

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visitou, quinta-feira, 5, as instalações da Central Integrada de Alternativas Penais de São Luís (CIA-PIS) mantida em parceria com a 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) do Tribunal de Justiça do Maranhão. A iniciativa integra uma série de missões do CNJ, no país, para pactuação do Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça.

No local, o juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), Luís Lanfredi, e o juiz do CNJ, Antônio Carlos de Castro, foram recebidos pelo magistrado titular da 2ª VEP, Fernando Mendonça e pelo secretário de Administração Penitenciária (SEAP), Murilo Andrade.

O magistrado Luís Lanfredi elogiou as instalações da CIA-PIS, o trabalho de execuções penais conduzido pelo juiz Fernando Mendonça e a parceria entre as instituições em benefício dos cidadãos apenados.

"Estou bastante impressionado com o trabalho realizado aqui no

Iniciativa integra missões do CNJ no país

Luís Lanfredi ressaltou a estrutura do CIAPS

Maranhão. Não me surpreende, na medida em que tem a frente o magistrado Fernando Mendonça, uma referência em alternativas penais em nosso país, um juiz que engrandece a magistratura nacional", afirmou.

Parceria

O magistrado do CNJ ressaltou que a estrutura da CIAPS - onde funciona a Vara de Execuções Penais, além de vários serviços integrados - evidencia o bom entendimento entre Judiciário e Executivo.

"Essa parceria é indispensável para que a execução penal seja efetiva e possamos trabalhar num plano de concretude voltado para a reintegração social dos apenados. Essas pessoas devem ganhar um

sentido de pertencimento à sociedade ao retornarem à convivência social", frisou.

O juiz Fernando Mendonça ressaltou a importância da visita do CNJ à Central Integrada de Alternativas Penais, com o intuito de conhecer as instalações do órgão e os projetos realizados em parceria com diversas instituições em benefício das comunidades.

"Estamos muito contentes com essa visita do CNJ às nossas instalações, em virtude da pactuação do Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça, nesta sexta. Afinal, o Poder Judiciário precisa estar presente nos mais diversos lugares, nas comunidades. Não podemos abandonar essas pessoas. Esse trabalho é fundamental para reduzirmos os índices de criminalidade, violência bem como a reincidência", pontuou.

Segundo informações do juiz Fernando Mendonça, a 2ª VEP possui, atualmente, 427 organizações cadastradas em sua rede. A maior parte delas recebe apenados que prestam serviços a comunidades.

O secretário de Administração

Penitenciária, Murilo Andrade, também elogiou a visita do Conselho Nacional de Justiça à sede da CIA-PIS. "Essa visita do CNJ é muito importante pra todos nós porque demonstra a relevância do projeto implementado, aqui no Estado, além da parceria entre o CNJ, o Judiciário e o Executivo", disse.

Também acompanharam a visita a coordenadora da Unidade de Monitoramento Carcerário, Thaís Muniz; a coordenadora estadual do programa Fazendo Justiça, Cláudia Gouveia (CNJ); além de servidores da SEAP e da Justiça maranhense.

Pacto Cidadão

Durante a programação, na quinta, 5, a equipe do CNJ também conheceu o Programa Pacto Cidadão Primavera, coordenado pela 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca da Ilha de São Luís. A iniciativa atende mais de 100 famílias do bairro Coroadinho, com projetos voltados para adultos, crianças e adolescentes.

No local, a equipe do CNJ conheceu o trabalho realizado pelo Centro Educacional Profissionalizante do Coroadinho, cuja equipe apresentou as principais atividades desenvolvidas pelo projeto social. No encerramento da programação, na quinta, foram apresentadas manifestações culturais (cacuriá, tambor de crioula e dança portuguesa).

Programação

Na sexta-feira, 6, às 11h, foi realizada a cerimônia para formalização do pacto do Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça, no Tribunal de Justiça do Maranhão, com a presença de instituições parceiras.

A ação renova a parceria entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), com apoio do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, com vistas a ampliar e fortalecer ações voltadas ao sistema penal e ao socioeducativo que já vinham sendo efetivadas. ●

Agências bancárias são alvos de criminosos no interior do Maranhão

Somente neste ano, 11 agências bancárias foram atacadas por bandidos e, no último dia 5, foi preso um assaltante e apreendido armamento de grosso calibre, além de material explosivo

Os bandidos estão de olho nas agências bancárias do Maranhão. Dados do Sindicato dos Bancários revelam que 11 bancos já foram alvos de empreitadas criminosas durante este ano no estado. No último dia 5, um cerco feito pelas Polícias Civil e Militar na Região Tocantina conseguiu retirar de circulação um integrante de um bando interestadual especializado em roubo a bancos, identificado como Wellington de Castro Lima, conhecido como Lourinho ou Jackie Chan. Também foi apreendido armamento de grosso calibre, coletes balísticos, munições e material explosivo.

A polícia informou que Lourinho foi preso na cidade de São Pedro da Água, em cumprimento de ordem judicial expedido pela Comarca de Bom Jardim, e apresentado na Delegacia Regional de Açailândia, onde foram tomadas as medidas legais.

Ele é acusado de ser um dos “cabeças” do roubo ao Bradesco da cidade de São João do Caru, ocorrido no dia 30 de julho deste ano, como ainda responsável por, pelo menos, 16 assassinatos em Bacabal e municípios próximos. Há informações que Lourinho já chegou a se identificar com o nome do seu irmão para não ser preso.

Após a prisão do criminoso, os



Divulgação

Agências bancárias continuam sendo alvo de empreitadas criminosas

policiais ainda realizaram outras vitórias na Região Tocantina, onde apreenderam 10 dinamites Nitropenta; dois fuzis calibre 5,56; dois fuzis calibre 7.62; uma pistola ponto 40, que pertence a um policial militar, além de munições de calibres diversos, quatro coletes balísticos, cordel detonante e espoletas.

Os policiais ainda na sexta-feira,

6, realizaram incursões na região com o objetivo de prender outros assaltantes de bancos. Existem informações que quadrilheiros estavam pretendo atacar instituições financeiras localizadas no Sul e Sudeste do Maranhão.

Explosão

Um dos últimos casos de explosão teve como alvo o Banco do Brasil

de São João Batista, ocorrido durante a madrugada do dia 29 do mês passado. Essa instituição financeira, além de atender àquela cidade, serve aos municípios de Cajapió, Olinda Nova e São Vicente de Ferrer.

Bando criminoso

Segundo informações do tenente-coronel da Polícia Militar, Márcio Silva, o bando criminoso chegou a São João Batista por volta das 3h do dia 29 em cinco motocicletas e estava fortemente armado. Eles se deslocaram ao banco e, logo após, houve a explosão, que chamou a atenção dos moradores e das guarnições da Polícia Militar.

O banco ficou destruído, mas os bandidos não conseguiram ter acesso ao dinheiro que estava nos caixas eletrônicos e no cofre. Márcio Silva disse que os assaltantes, com receio da chegada de um forte policiamento, fugiram em direção a outras cidades da Baixada Maranhense.

Ainda de acordo com o policial, foi solicitado reforço dos batalhões militares das cidades vizinhas. Cercos foram montados pela localidade com o objetivo de prender os bandidos, mas não obtiveram sucesso. ●

Íntegra em oestadoma.com/493285

O espaço da defesa na Covid-19

LUIS GUSTAVO SOARES AMORIM DE SOUSA

Na militância diária da advocacia, não raro era preciso reafirmar a importância dos advogados serem recebidos pelas autoridades para exercer o mister da defesa nos processos judiciais e administrativos. Com os desafios da pandemia, as Cortes Judiciais e órgãos públicos têm adotado medidas preventivas, mas nenhuma delas pode restringir a atuação da defesa.

Sempre oportuno lembrar que o constituinte originário optou por conceder relevância à advocacia ao inserir o artigo 133 no texto constitucional. Tal escolha não se deu pelo acaso, mas pela firme convicção da importância de tão nobre ofício na sociedade e o papel essencial que desempenha no sistema de Justiça brasileiro.

Por outro lado, lembro-me o quanto nós advogados comemoramos em 2012 a aprovação de Resolução pelo CNMP recomendando que também os membros do MP recebessem os advogados, independente de horário marcado.

Assim como no Ministério Público, buscamos no exercício da defesa avanços para que fôssemos recebidos também nos órgãos do poder executivo, Tribunais de Contas, pois não obstante a prática dentro do fórum ainda seja a regra do nosso Código Processual os processos administrativos devem respeitar o devido processo legal (artigo 5º, LIV da CF/88) e como tal exigem a participação da defesa de forma efetiva.

A pandemia que assola o mundo há meses balançou as estruturas da vida tanto na esfera macro, vejam-se as cadeias globais de produção, quanto

no micro, basta pensar nos inúmeros casos de amigos e conhecidos que sofreram perdas fatais ou são acometidos por angústias diversas pela redução do contato humano. Uma certeza que se pode extrair da pandemia é como somos todos interdependentes.

Assim sendo, o sistema de Justiça depende de todos para o regular funcionamento: de juízes e servidores dos tribunais até integrantes do MP e advogados.

Se por algum tempo, e ainda hoje talvez alguns ainda possuam esta visão ultrapassada, considerou-se que advogados eram adversários dos demais integrantes do sistema de Justiça, hoje o paradigma é e deve ser outro, isto é, “todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si” (artigo 6º, do CPC), de sorte que as partes lidem com todos os envolvidos em condição de igualdade.

Nessa linha, por mais que a pandemia tenha posto todos nós sob condições inéditas de temperatura e pressão, retirando a todos da zona de conforto da atuação diária, não pode se cogitar que o advogado deixe de ser recebido ainda que virtualmente pelos magistrados, membros do MP e representantes da Administração Pública suprimindo avanços que tenhamos conquistado.

É de se reconhecer o esforço dos Tribunais, do MP e órgãos administrativos em disponibilizar estruturas de acesso, mas sempre importante lembrar as necessidades que nós causídicos enfrentamos no nosso cotidiano que, também preocupados com os cuidados necessários para a nossa saúde, persistimos necessitando expor aos nobres magistrados, membros do parquet e órgãos públicos a defesa dos nossos constituintes.

As videoconferências com um mínimo de antecedência garantem ao magistrado e ao jurisdicionado acesso ao processo, bem como conferem celeridade ao processo porquanto o advogado tem a chance de expor com síntese os principais pontos de sua defesa especialmente quando tratamos de medidas liminares com risco de perecimento do direito.

Os memoriais por e-mail, muitas vezes munidos de links e vídeos que resumem o processo, também contribuem para que os magistrados, sobretudo de primeira instância, possam acessar os argumentos da defesa de modo claro e sistemático.

As sustentações orais virtuais também têm sido uma forma de dar acesso à defesa sem prejudicar o andamento dos processos nesses tempos, mas o que é realmente importante em quaisquer desses meios é que os representantes dos poderes que se deparem com a nossa defesa atendam aos esforços que temos dirigido para respeitar a saúde de todos dando atenção à nossa combatida voz nesse momento.

Faz-se necessário, portanto, que os sujeitos atuantes nos processos judiciais adotem comportamentos serenos, cuja definição, segundo Bobbio, “é o contrário da arrogância, entendida como opinião exagerada sobre os próprios méritos, que justifica a prepotência. O indivíduo sereno não tem grande opinião sobre si mesmo, não porque se subestime, mas porque é propenso a acreditar nas misérias que na grandeza do homem, e que se vê como um homem igual a todos os demais”

Advogado e professor, mestrando em Direito e presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/MA

Acusado de tentar vender a filha vai para Pedrinhas

A prisão foi feita pela PM no Centro Histórico; a criança estava sendo oferecida por qualquer quantia

A polícia encaminhou na sexta-feira, 6, ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas um homem, de 43 anos, nome não revelado, que foi preso na noite de quinta-feira, 5, em pleno Centro Histórico acusado de tentar vender por qualquer quantia a própria filha, que é menor de idade.

Segundo a polícia, guarnições do Batalhão de Polícia Militar de Turismo (Bptur) estavam realizando rondas na Praia Grande quando depararam com uma movimentação de pessoas nas proximidades de uma lanchonete e uma das testemunhas disse que um homem estava oferecendo a própria filha por qualquer quantia em dinheiro ou objeto de valor.

Os militares ao chegarem ao local observaram que o homem estava alterado, inclusive, chegou a gritar para a guarnição e populares, como também resistiu a prisão. Os policiais efetuaram a prisão em flagrante e o detido foi apresentado na Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati.

O detido foi autuado no artigo 238 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que diz "prometer ou efetivar a entrega do filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa: Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa".

O caso foi encaminhado para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA). A delegada Andreia Meireles disse que a menina foi entregue ao Conselho Tutelar e será encaminhada para

uma perícia psicológica e social.

Homem suspeito

No Recanto dos Vinhais foi preso um homem suspeito de se passar por policial civil para cobrar dívidas. Em poder dele, foi apreendida uma arma de fogo, com quatro munições calibre 38. A polícia informou que as investigações começaram diante denúncias de que um servidor do Tribunal de Justiça estava realizando cobranças de dívidas com violência e se apresentando como sendo policial.

Outras prisões

Policiais prenderam na sexta-feira, 6, em São Mateus um homem, de 21 anos, acusado de ter assassinado Rivelino Farias dos Santos. O crime ocorreu no dia 4 do mês passado nessa cidade.

Em Governador Nunes Freire foi preso outro suspeito de homicídio em cumprimento de ordem judicial. O assassinato aconteceu em agosto deste ano nesse município e a motivação não foi revelada.

Foi preso em Vargem Grande, no último dia 5, um foragido do Piauí. Segundo a polícia, o detido é suspeito de ter assassinado o vereador da cidade piauiense de Piracuruca, Henrique Coutinho de Moraes, Daniel Doca, em novembro de 2008. Após o crime, ele fugiu para o Maranhão. A Operações de tráfico de droga, associação para o tráfico e posse ilegal de arma de fogo. ●



Oswaldo Viviani

Por dentro da Política

● Ex-secretários absolvidos

A juíza Oriana Gomes, da 8ª Vara Criminal de São Luís, absolveu os ex-secretários da Fazenda do Maranhão Akio Valente Wakiyama e Cláudio Trinchão das acusações de peculato-furto, prevaricação e advocacia administrativa perante a administração fazendária.

Os dois ex-secretários haviam sido denunciados no chamado "Caso Sefaz".

● Ação do governo Dino

A ação que resultou no caso, envolvendo suposta corrupção na Secretaria Estadual da Fazenda, nasceu a partir de notícia de fato encaminhada pelo governo Flávio Dino (PCdoB), por meio da Secretaria de Estado da Transparência e Controle (STC), ao Ministério Público contra a ex-governadora Roseana Sarney (MDB) e membros do seu governo.

Roseana também já havia sido absolvida.

Cidade

■ Página. 6

Justiça condena Mercado Livre a ressarcir mulher vítima de golpe

Em Foco

Justiça condena Mercado Livre a ressarcir mulher vítima de golpe

Uma sentença do 8º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís condenou o site Mercado Livre (EBAZAR) a indenizar uma mulher que teria sido vítima de golpe. Narra a ação que a parte autora teria, no dia 7 de março de 2019, anunciado a venda de um Macbook Pro 13' - Touch Bar, no valor de R\$ 6.500,00 na plataforma do Mercado Livre. Ressalta, que ao realizar o anúncio teria recebido e-mail do Mercado Livre informando que a compra tinha sido realizada por um homem, e que o valor do produto seria creditado na conta da autora após o envio da mercadoria. Sendo assim, a parte autora enviou o produto pelo Sedex, efetuando o pagamento de R\$ 200,00, porém não recebeu os valores da venda da mercadoria.

Posteriormente, a mulher verificou que o valor não havia sido depositado em sua conta e entrou em contato com o Mercado Livre. Depois desse contato, ela percebeu que havia sido vítima de um golpe. Diante de tudo isso, ela ingressou com a presente ação requerendo a condenação da empresa demandada ao pagamento de danos materiais no valor de R\$ 6.700,00 além de pagamento de danos morais. Em sua defesa, a empresa Mercado Livre disse que funciona como uma plataforma, oferecendo espaço eletrônico aos usuários (compradores e vendedores) para que estes possam anunciar seus produtos, realizando transações online com comodidade e segurança.

Segue afirmando, ainda, que problemática envolve uma venda realizada fora da plataforma do Mercado Livre, na qual, supostamente, não houve o repasse do pagamento ao vendedor, o que corrobora com a ocorrência de fraude. Assim, disse que não haver ilícito a ser indenizado. "É inegável que o elo entre as partes trazido à baila na presente demanda tem natureza de relação de consumo, pois o autor usufruiu dos serviços comerciais da empresa requerida, razão pela qual decreto a inversão do ônus da prova", fundamenta a sentença.

BASTIDORES

Raimundo Borges
 bastidores@oimparcial.com.br



1 Durante a pandemia da covid-19, o TJ-MA contabilizou 9.505.020 atos judiciais e processuais. Desse total, 8.633.583 executados por secretários judiciais, assessores de juiz, oficiais de Justiça e demais servidores, no âmbito das secretarias judiciais.

2 Os juízes de Direito, na solução da demanda judicial, proferiram 199.742 julgamentos, 189.804 decisões e 481.891 despachos. A partir de julho, o Tribunal do Júri, com o reinício dos julgamentos suspensos desde abril, julgou 293 processos.

Operadores da Justiça por um Prefeito comprometido com os direitos da criança

POR LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO E MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES, PROMOTORES E JUSTIÇA

Nesta sexta, dia 06 de outubro, candidatos a Prefeito de São Luís aderiram a uma carta de compromissos pela infância e juventude proposta por Promotores, Juízes e Defensores Públicos da área da infância e da educação, além de Delegados da DAI e da DPCA, bem como pela FUNAC. Na AMPEM, observadas as regras de segurança sanitária, compareceram para tornarem pública sua aliança em torno das ações que promovem e garantem direitos infantis e de adolescentes previstos na Constituição, nas leis e em compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

Por todo o País, operadores do sistema de Justiça e Segurança, como também outros atores do sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, têm usado essa iniciativa como uma ferramenta de educação em direitos humanos, a fim de orientar o cidadão e os candidatos a prefeito sobre a importância de se garantir a prioridade absoluta das históricas e civilizatórias conquistas democráticas da sociedade brasileira para a dignidade da infância e da juventude.

Nosso país construiu essa cidadania para e com esses meninos e meninas, saindo de uma doutrina político-jurídica conhecida como da situação irregular, de cunho estigmatizante e excludente, para a intitulada como da proteção integral, centrada na família e na condição de pessoa em desenvolvimento de nossos filhos e filhas, em um movimento com ápice a partir da Constituição de 1988, a qual antecipou os compromissos internacionais em grande parte consolidados pela Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, obrigando-se o País, por sua sociedade, famílias e por suas autoridades, não só com a promoção de todos os direitos humanos para essa faixa populacional, mas também com a prevenção de toda a forma de violação, ou ameaça de violação, a direitos de crianças e adolescentes.

Esse caminho de garantias e promoção de direitos se dá por uma política de atendimento que é notoriamente municipalizada, como definem os artigos 227, § 7º e 204, II da Constituição e o artigo 88, II, do ECA. E não sem razão, já que é no espaço municipal que vivem as crianças e adolescentes e suas famílias, onde devem ter acesso à saúde, educação, assistência social e à convivência familiar, comunitária e política, como sujeitos de direitos. É nas praças que exercem seu direito ao lazer e ao não trabalho infantil. É nas atividades culturais e esportivas que desenvolvem sua identidade e sentimento de pertencimento com a cidade.

Pelas políticas públicas voltadas à infância se garante o respeito à sua diversidade, pois não há infância, há infâncias, desde o quilombola ao indígena imigrante em nossos semáforos. Em cada canto desta capital deve ser criada uma oportunidade do desenvolvimento integral desses meninos e meninas, inclusive para os que contrariam a lei penal, para que não sejam marginalizados e possam refletir sobre o desvalor de suas condutas, integrando-se à sociedade.

Daí a importância de que nas eleições municipais deste ano de tantas exceções não nos esqueçamos que nossa obrigação com a proteção integral inclui a escolha de candidatos que compreendam a importância dos direitos de crianças e adolescentes. E muito há por fazer. Construir a prioridade orçamentária para a infância, garantir o funcionamento regular e adequado do CMDCA, do Fundo Municipal da Infância e dos Conselhos Tutelares é dar sustentabilidade ao núcleo mais central do sistema de garantias municipal. Executar o Plano Municipal Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, o Plano Municipal Socioeducativo, o Plano Municipal para a Primeira Infância e o Plano Decenal Municipal de Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, além do Plano Municipal de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária é gerir essas graves questões com respeito às deliberações da cidadania expressas pelo CMDCA. Finalizar as obras do Hospital da Criança, adequando-o seu perfil pactuado na regional de saúde, além de promover a ampliação de cobertura da Atenção Primária de Saúde, buscando a redução de indicadores de mortalidade infantil são ações pela vida. A universalização da educação infantil e o efetivo combate ao trabalho infantil garantem o desenvolvimento de nossas crianças. O atendimento de crianças e adolescentes com deficiência e com patologias crônicas, além dos dependentes químicos e com transtornos de saúde mental é zelar por sua dignidade. A promoção dos direitos da juventude afrodescendente e dos estrangeiros que buscam refúgio, uma ação que deve ser imediata e permanente. O combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, pelo exercício efetivo do poder de polícia administrativa municipal, fechando estabelecimentos que contribuam para esse tipo de violência também é tarefa do gestor municipal.

Nenhum direito a menos para nossas crianças. Ampliar e consolidar as conquistas de nossos meninos e meninas é o norte que deve guiar, sempre e com prioridade absoluta, os passos do Prefeito e de todos os vereadores. A Carta apresentada pelos operadores do Sistema de Justiça Juvenil tem esse sentido de alerta e de colaboração para o debate público em torno do tema, pois, como diz o jurista argentino Emílio Garcia Mendéz, "criança é bom para a democracia"!

Nas dobras das eleições

LOURIVAL SEREJO

Eleições são o termômetro que mede a temperatura da democracia. A agitação do período eleitoral é sadia para manter viva essa forma de regime político e para a conscientização dos eleitores.

Ainda há pensadores contemporâneos que se opõem às eleições, como David Van Brouck, autor de um livrinho terrível, "Contra as eleições", no qual defende a substituição dos atuais sistemas eleitorais pelo antigo sorteio, sob alegação de que vivemos a síndrome da fadiga democrática e que as eleições tornaram-se um guerra midiática.

Nos últimos anos, as ameaças contra a democracia cresceram de forma assustadora em todos os recantos do mundo, inclusive nos Estados Unidos, considerados a pátria da democracia moderna, a terra de Lincoln, que a definiu, de maneira mais sintética e profunda, como o governo do povo, para o povo e pelo povo.

A grande vantagem de termos eleições bienais é a oportunidade praticar as regras democráticas com mais assiduidade e, também, de pararmos para fazer uma avaliação crítica sobre os governos atuais, além das classes sociais marginalizadas adquirirem mais visibilidade.

As eleições municipais são as mais competitivas, principalmente no interior do estado. Em cada cidade, o eleitor não quer só eleger seu candidato mas também derrotar o vizinho. Grande parte da população depende da prefeitura, principalmente os sanguessugas. E o município é a unidade mais visível da Federação. Você abre a porta da rua e depara-se com o município.

As propagandas e as promessas não mudaram seus programas, sempre enfatizando o propósito de melhorar a saúde e a educação. Parece até um clichê. Aqui e ali surge uma ideia com ares de novidade, na área de transporte e urbanização.

As falas dos candidatos ressentem-se de empenho em apoiar as diversidades sociais em suas reivindicações, combater os preconceitos e eliminar a fome, enfrentar as consequências da Covid-19, superar a violência com propostas sociais ousadas que resgatem os jovens das garras das organizações criminosas.

O eleitor precisa ficar atento ao programa de cada candidato. Às vezes, o cidadão se esquece da força que tem seu voto, assim como o elefante desconhece o alcance da sua força e foge do leão. Não deve deixar-se empolgar com promessas superficiais e não utilizar a poderosa arma do voto com a necessária destreza cidadã. Pior ainda quando vende seu voto, o que é a degradação da cidadania.

Certa vez, num abrigo americano para surdos e mudos, uma pequena plateia estava ouvindo um discurso de Ronald Reagan pela televisão. Então, seus integrantes começaram a rir. Chamados para explicar o motivo do riso, disseram que ele estava mentindo, porque a sua expressão facial não correspondia com aquilo que ele falava.

Essa lição serve ao eleitor para fazer uma leitura mais atenta do que os candidatos estão prometendo para melhorar a sociedade, tornando-a mais justa e desenvolvida para assegurar uma vida mais digna para todos.

Outro problema sério que despontou nas últimas eleições é a divulgação de fake news, as mentiras divulgadas nas redes sociais para desestabilizar determinadas candidaturas. O eleitor deve atentar para cada onda de fatos que chega ao seu celular e não se tornar instrumento de propagação; A verdade está sendo sufocada por essa prática deletéria de criação e propagação de notícias falsas.

Nestas eleições, felizmente, ainda não me chegou às mãos nenhuma mensagem enganosa que tenta demonstrar e pôr dúvida na eficiência das urnas eletrônicas. O Brasil tem o privilégio de ter um sistema eleitoral sério, com resultado da votação legítimo. As urnas eletrônicas são confiáveis em todos os aspectos. Só os inimigos da democracia põem em dúvida a eficiência das urnas, testadas que já foram centenas de vezes.

Portanto, caro eleitor, no dia 15 de novembro não deixe de votar em seu candidato escolhido por sua vontade. Dessa maneira você está contribuindo para nossa democracia e o melhoramento da nossa cidade. E vamos esperar que os eleitos tenham mais compromisso com a ética, a responsabilidade e a probidade administrativa.

Candidatos à prefeitura assinam carta de compromisso pela infância e juventude

Fotos: Divulgação



Promotor de justiça Lindonjonson Gonçalves de Sousa

Com o objetivo de garantir os direitos de crianças e adolescentes, além de atender ao princípio da prioridade absoluta do público infanto-juvenil, candidatos à prefeitura de São Luís aderiram, nesta sexta-feira, 6, à Carta Aberta do Sistema de Justiça da Infância e Juventude. O evento foi realizado na sede da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), no Calhau.

Assinaram o documento os

candidatos Bira do Pindaré, Duarte Júnior, Eduardo Braide, Franklin Douglas e as candidatas a vice-prefeita Janicelma Fernandes (Jeisael Marx) e Luzimar Lopes (Neto Evangelista) e Ana Célia (Sílvio Antônio).

A carta, iniciativa do Sistema de Justiça Juvenil de São Luís, indica compromissos indispensáveis à proteção integral de crianças e adolescentes. O grupo é formado por representantes do Ministério



Carta indica compromissos indispensáveis à proteção integral de crianças e adolescentes

Público do Maranhão, Poder Judiciário, Defensoria Pública Estadual, Polícia Civil e Fundação da Criança e do Adolescente (Funac).

COMPROMISSOS

Ao aderir à carta, cada candidato se comprometeu a garantir a prioridade orçamentária e não contingenciar as dotações orçamentárias destinadas para educação, saúde e assistência social de crianças e adolescentes, bem como a manutenção dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social e os fundos a eles vinculados.

Outro compromisso é ga-

rantir o funcionamento regular do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com estrutura própria e equipe técnica de apoio. O funcionamento dos Conselhos Tutelares, em condições de trabalho, também deve ser garantido, além dos meios e treinamento para alimentação permanente de dados no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência.

O documento estabelece, ainda, que o próximo prefeito execute o Plano Municipal Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, o Plano Municipal Socioeducativo, o Plano Municipal para a Primeira Infância e o Plano Decenal Municipal de Aten-

dimento a Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência, estabelecidos pelo CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Do MPMA, participaram do evento os promotores de justiça da Infância e Juventude Lana Cristina Barros Pessoa, Luiz Gonzaga Martins Coelho, Márcio Thadeu Silva Marques e Rosalvo Bezerra de Lima Filho; Lindonjonson Gonçalves de Sousa (Promotoria de Justiça de Defesa da Educação) e Reinaldo Campos Castro Júnior (vice-presidente da Ampem).

A solenidade teve a participação de representantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública Estadual, Polícia Civil e Funac. (**CCOM-MPMA**)

Justiça afasta prefeito do cargo a pedido do MPMA

Divulgação



Prefeito de Bom Jardim e candidato à reeleição, Francisco Alves de Araújo

BOM JARDIM - O prefeito de Bom Jardim e candidato à reeleição, Francisco Alves de Araújo, foi afastado do cargo, pelo prazo de 180 dias, por determinação unânime da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, nesta quinta-feira, 5. A Câmara de Vereadores de Bom Jardim deverá providenciar, em 48 horas, a posse do vice-prefeito, bem como informar às instituições financeiras a mudança de titularidade do chefe do Poder Executivo Municipal.

Participaram do julgamento os desembargadores Raimundo José Barros de Sousa, que foi o relator; Cleones Carvalho Cunha e Jamil de Miranda Gedeon Neto. Representando o Ministério Público do Maranhão (MPMA), participou a procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa.

A medida foi adotada no julgamento de um agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo MPMA, contra decisão do juízo de direito da Comarca de Bom Jardim, nos autos de uma Ação Civil Pública (Nº 0800421-46.2018.8.10.0074) proposta contra Francisco Alves de Araújo e outros agravados.

A Promotoria de Justiça de Bom Jardim ajuizou a Ação Civil Pública em razão de ilegalidades referentes ao pregão presencial nº 020/2017, no valor de R\$ 1.026.618,32, para contratação de aluguel de veículos. Além do prefeito, são alvos da ação a empresa R L DE FARIAS - ME, Roberto Lima de Farias, Neudivan de Jesus, Ayrton Alves de Araújo, Rossini Davempont Tavares Júnior e João Batista Mello Filho.

Como a Justiça de 1º grau indeferiu o pedido de afastamento do prefeito, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de Justiça por meio do agra-

vo de instrumento. Em sua justificativa, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira alegou que foram demonstrados os requisitos legais para a concessão da medida liminar, pois o gestor municipal já responde a cinco demandas por improbidade administrativa. “Ele continua praticando atos ímprobos em sua gestão, de forma que sua permanência no cargo prejudicará a instrução processual”, argumentou.

OS FATOS - Conforme as investigações da Promotoria de Bom Jardim, o prejuízo ao erário público ficou caracterizado ao ser constatado que o procedimento licitatório questionado “visava tão somente regularizar os contratos de alugueis de veículos já existentes, antes do processo licitatório através do qual se contratou a empresa vencedora”.

Segundo o promotor de justiça Fábio Santos Oliveira, o prefeito não apresentou documentos e informações requeridas pelo Ministério Público a respeito dos processos licitatórios do Município. Como foi provado nos autos, das 18 requisições expedidas, o gestor respondeu 15 fora do prazo ou com dados insuficientes, bem como não prestou qualquer resposta a três expedientes.

O chefe do Executivo de Bom Jardim também deixou de informar ao Ministério Público, apesar de diversas reiteraões, a “lista completa dos veículos locados para a Prefeitura (contendo placa, marca, ano, modelo, condutor, destinação, local onde fica estacionado após o uso); valor do contrato para cada veículo; cópia do contrato; extrato de pagamentos efetuados pelos serviços; nota fiscal dos alugueis; endereço e telefone dos proprietários dos veículos”. **(CCOM-MPMA)**

Vice-governador Carlos Brandão entrega obras do Governo em Imperatriz

Fotos: Divulgação



Município recebeu com mais de 49 km de obras do Mais Asfalto em 2020



Casa da Mulher Maranhense visa combater violência doméstica no município

Em agenda pelo interior do estado, o vice-governador Carlos Brandão fez a entrega de importantes equipamentos públicos em Imperatriz, nesta sexta-feira (06).

O município foi contemplado com um Centro de Referência do Idoso, com capacidade para atender cem idosos por dia, com serviços de fisioterapia, atividades físicas e culturais, pintura e inclusão digital, com aulas de computação.

A Casa da Mulher Maranhense, já em funcionamento, foi outro equipamento público inaugurado na cidade. Como parte das ações do governo no combate à violência e feminicídio na região, a Casa visa garantir igualdade de direitos e oportunidades previstos na Constituição. Para isso, aten-

de mulheres vítimas de violência doméstica, com apoio psicossocial e acompanhamento da Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, Defensoria Pública, Juizado e Ministério Público.

Foram inaugurados, ainda, dois sistemas de abastecimento de água, um escritório da Secretaria de Meio Ambiente; e obras do programa Mais Asfalto, que em 2020 contemplou o município com mais de 49 km de obras em vias urbanas, sendo 23 km de implantação de pavimentação asfáltica e 26 km de piçarramento de vias.

O presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão – Age-sul, Frederico Clementino, que acompanhou o vice-governador nas entregas, desta-

cou que as inaugurações demonstram a atenção que o governo do Estado tem dado ao município de Imperatriz. “São vários equipamentos em áreas importantes entregues em um dia, que beneficiam toda a população e que consolidam a importância da nossa região”.

O vice-governador Carlos Brandão ressaltou que as entregas do Governo aos municípios são rotineiras e visam, sobretudo, melhorias na saúde, educação, mobilidade urbana e melhor qualidade de vida à população. “O Governo não para e continua entregando importantes obras em todo o estado, mesmo diante dessa crise. E essa é uma dinâmica da nossa gestão: investir constantemente em ações que melhoram a vida das pessoas”, frisou.

Agenda em Davinópolis

Em passagem por Davinópolis, o vice-governador visitou as obras de construção de um terminal multimodal, das empresas Rumo e Brado, que vai movimentar cargas na ferrovia Norte-Sul, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste às regiões Norte e Nordeste do país. Será o primeiro porto seco do Nordeste, e um importante empreendimento para o estado, gerando cerca de quatrocentos empregos diretos e indiretos durante a sua construção. (*Secap*)

Marwelblog



Destaque

O magistrado Adolfo Pires da Fonseca Neto e o advogado Miguel Daladier Barros são presenças constantes na nossa página, até um agradecimento da sociedade pelo modo imparcial e compreensível que levam a justiça para todos.

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogresonet.com

Absolvidos

Decisão da juíza de Direito Stela Pereira Muniz Braga, da 8ª vara Criminal da Ilha de São Luís, absolveu os ex-secretários da Fazenda do Maranhão, Cláudio José Trinchão Santos e Akio Valente Wakiyama. Eles eram acusados de esquema fraudulento de concessão de isenções fiscais durante o governo Ro-

seana Sarney. A juíza acatou o pedido do Ministério Público por insuficiência de provas. “Conforme depoimento da testemunha, interrogatórios supracitados, bem assim ante o laudo pericial, observo a ausência de dolo específico consistente em satisfazer interesse ou sentimento pessoal”, escreveu a juíza.

Justiça & Cidadania

Antonio Carlos Lua acarloslua@folha.com.br



Saramago e a sua visão distópica do mundo

No ano em que o poeta português José Saramago (1922/2010) completa dez anos distante do mundo terreno da literatura, o jornal do Vaticano 'L'Osservatore Romano' não se mostra mais tão pessimista com o posicionamento do poeta português e reconhece que em vida ele procurou destacar o fator humano que se esconde por detrás dos acontecimentos mais díspares.

É importante lembrar que o sucesso internacional de José Saramago na literatura veio com o controverso 'Evangelho segundo Jesus Cristo', que lhe valeu, em 1998, o Prêmio Nobel da literatura. O poeta lusitano escreveu até os últimos anos de sua vida, assinando obras de grande relevância, a exemplo de 'Caim', seu último romance.

José Saramago era definido como um intelectual sem nenhuma admissão metafísica, ancorado até o fim numa confiança no materialismo histórico, no marxismo. Os romances 'Caim' e 'O Evangelho Segundo Jesus Cristo', de sua autoria, são considerados irreverentes e o levaram ao exílio para Lanzarote, com o Governo Português impedindo-o de participar do Prêmio Literário Europeu.

Saramago era apaixonado pela Teologia e pelos personagens bíblicos em geral. Na obra 'O Evangelho segundo Jesus Cristo' ele mergulha profundamente em assuntos teológicos. Mesmo sendo ateu, ficava imerso numa cultura moldada pela ideia de Deus, impregnada no DNA da civilização Ocidental.

Apesar do ateísmo, José Saramago conhecia a ideia de Deus. Isso o seduzia fazendo com que produzisse as melhores páginas da literatura universal contemporânea, se comportando como se fosse uma espécie de quinto evangelista, dando sua versão para os fatos, por meio da ficção. Em suas obras, ele convida o leitor à consciência e à responsabilidade, mostrando que muitas pessoas perderam a capacidade de combater o egoísmo exasperado, ficando cegas ao olhar para o outro.

Partidário convicto do pessimismo antropológico, mas profundo conhecedor do espírito humano, Saramago partia do princípio de que nós, como seres humanos, não somos bons e não temos coragem de reconhecer isso. Na trama do livro 'Ensaio sobre a Cegueira', ele afirma que a espécie humana não melhorou sequer minimamente, com o mundo dos cegos abrindo o caminho para o mundo dos bárbaros.

Saramago se preocupou com a realidade de seu tempo e não obstante a sua visão distópica do mundo, nos ajudou a refletir sobre o comportamento humano, especialmente nos momentos mais complexos e imprevisíveis da vida.

Mesmo com a sua passagem para o outro plano, não foi possível deixá-lo distante de nós, com a publicação de três livros inéditos com constantes reimpressões e reedições, atestando o interesse do público por seus escritos.

Saramago é um escritor raro com uma obra extensa que ainda impõe muitos desafios, com o estilo singular de sua escrita, carregada de ideias e reflexões, com muitas vírgulas, ausência de aspas e longas digressões filosóficas.

Não faltam a Saramago leitores, nem admiradores. Em 1998, ele converteu-se em uma espécie de herói das letras lusófonas, por ter sido

até hoje o único autor de língua portuguesa a ser agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura.

Ao contrário de muitos de seus pares no panteão de agraciados pela Academia Sueca, Saramago é um autor de prosa mais imbricada e abertamente político em suas críticas sociais. A herança dos tempos de marxismo se faz forte até o fim de sua escrita.

Sem se distanciar da criação literária, a obra de Saramago reflete sobre a condição humana, enredada em questões universais ao gênero. Ele olhava para os problemas do instante e do local. Crítico social contundente, não mitigava a força de seu veredicto. Talvez por isso, tenha havido um certo amargor entre ele e seus conterrâneos portugueses, que hoje, a exemplo do jornal do Vaticano 'L'Osservatore Romano', se reconciliaram também com José Saramago.

Generoso

Os últimos anos de vida de Saramago foram generosas com ele, com muitos leitores interessados em sua produção prolífica. Sua obra foi laureada quando ele vivia o amor com Pilar del Río, sua tradutora espanhola. Amor da vida tardio, disse Saramago sobre ele: "se tivesse morrido aos 63 anos, antes de conhecer Pilar de Rio, morreria muito mais velho do que serei quando chegar a minha hora".

Tradução

Os livros de Saramago foram traduzidos e lançados em muitos países e amplificados pelo cinema, um feito raro para um escritor português. O brasileiro Fernando Meireles adaptou "Ensaio sobre a cegueira" como "Blindness", de 2008, com elenco hollywoodiano. Cinco meses após a morte de Saramago, estreou "José e Pilar", documentário de Miguel Gonçalves Mendes, no qual Saramago deixou-se filmar em seu cotidiano.

Nascimento

José Saramago morreu nas Ilhas Canárias, com 87 anos. Ele escreveu bastante, mesmo que sua trajetória seja atravessada por um hiato de 19 anos sem qualquer publicação. Depois de um romance de pouca repercussão e de outro engavetado, no fim dos anos 1940, o escritor só voltou a publicar em 1966.

Criação

Saramago era um pensador raro. Sem se distanciar da criação literária, refletia sobre a condição humana, enredada em questões universais ao gênero. Olhava para os problemas do instante e do local. Crítico social contundente, não mitigava a força de seu veredicto.

Interminências

"É assim a vida, vai dando com uma mão até o dia em que tira tudo com a outra", escreveu Saramago no romance "Intermitências da morte", no qual ele fala do mal irremediável que arranca tudo de nós. Porém, nós que aqui ficamos, ainda temos sua literatura, intensa e luminosa como um farol, em dias sombrios.

Diário

Um diário inédito de José Saramago foi encontrado recentemente. Dez anos após a morte de um dos maiores escritores de todos os tempos, os escritos foram colhidos em seu computador pessoal e agora serão publicados em uma edição especial em Portugal e na Espanha.

Tesouro

O anúncio do tesouro literário inédito achado no computador de Saramago, autor de célebres romances, foi feito pela viúva do escritor, Pilar Del Río. A notícia deixou até sua companheira de vida surpresa. Ela achava que tudo já tinha sido publicado e ficou perplexa quando se deu conta que ninguém sabia dos preciosos arquivos.

TJMA adere ao plano executivo do Programa Fazendo Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) fez adesão, nessa sexta-feira (6), ao Plano Executivo Estadual do Programa Fazendo Justiça. O termo – assinado pelo presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo – renova a parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), com apoio do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, para a superação de desafios estruturais que caracterizam a privação de liberdade no país.

O Fazendo Justiça busca enfrentar, de forma colaborativa com os Tribunais de Justiça, as questões estruturais que afetam os sistemas penais e socioeducativo. Seus objetivos incluem a qualificação da aplicação das penas e medidas, garantir dignidade e cidadania às pessoas privadas de liberdade, em alternativas penais e egressas dos sistemas, além de melhorar a capacidade de gestão da política judiciária.

Para o desembargador Lourival Serejo, “sem essa colaboração e integração do sistema de Justiça é impossível superar os problemas penitenciários, que são muitos e crescentes. Não se pode perder o controle, para evitar o que já vivenciamos antes, como o caos antigo de sucessivas rebeliões”. O desembargador Lourival Serejo afirmou que a adesão do TJ do Maranhão ao programa possibilita o alcance de um nível mais eficiente no controle dos problemas penitenciários. “O programa visa criar condições mais dignas para os presos, para que eles tenham consciência do período que permanecerão privados de liberdade, com acesso às informações em tempo recorde, para alívio de seus próprios planejamentos de vida”, explicou. O secretário-geral do CNJ, juiz Valter Shuenquener de Araújo, esclareceu que o Programa Fazendo Justiça tem como objetivo dar continuidade às medidas de ressocialização de presos, para identificação de quem está preso, por meio da biometria. “É uma iniciativa do CNJ em conjunto com os Poderes Judiciário e Executivo, Defensoria Pública e Ministério Público, todos juntos, para contribuir

para uma melhor ressocialização dos presos e garantir a vida com dignidade também na penitenciária”, frisou.

Segundo o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, as parcerias são de suma importância para a solução dos problemas carcerários no Estado. “Essa cooperação é central, uma vez que há o interesse dos poderes e órgãos compactuantes, no sentido de resolver esse grave problema relacionado à população carcerária, o que também tem reflexo na criminalidade”, disse, acrescentando que “o Maranhão tem dado demonstrações concretas de que essa colaboração traz resultado positivo”.

Na primeira etapa da visita ao Maranhão, a equipe do CNJ conhece o Programa Pacto Cidadão Primavera, coordenado pela 2ª Vara de Execuções Penais (VEP) do TJMA, as instalações da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPIS), as instalações da Cooperativa Cuxá da Unidade Prisional Feminina (UPFEM-MA) e a Central de Custódia, ações fomentadas no âmbito do programa.

O juiz coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA (UMF), Marcelo Moreira, enfatizou que o Maranhão sempre foi um parceiro histórico do DMF e tem seguido as diretrizes traçadas pelo CNJ.

PROGRAMA FAZENDO JUSTIÇA

O programa é iniciativa da gestão Luiz Fux à frente do CNJ e amplia e dá sequência a ações voltadas ao sistema penal e ao socioeducativo que já vinham sendo efetivadas. Como eixos estruturantes, o programa é composto por 28 ações simultâneas e atua, estrategicamente, para ampliar a atuação interdisciplinar; a articulação interinstitucional; o trabalho conjunto com Tribunais; o reconhecimento, atualização e difusão de boas práticas; a interiorização dos projetos; o fortalecimento da transparência; e a internacionalização com disseminação em eventos, traduções e parcerias.

BOM JARDIM

Justiça afasta prefeito do cargo a pedido do MPMA

O prefeito de Bom Jardim e candidato à reeleição, Francisco Alves de Araújo, foi afastado do cargo, pelo prazo de 180 dias, por determinação unânime da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, na quinta-feira (5). A Câmara de Vereadores de Bom Jardim deverá providenciar, em 48 horas, a posse do vice-prefeito, bem como informar às instituições financeiras a mudança de titularidade do chefe do Poder Executivo Municipal.

Participaram do julgamento os desembargadores Raimundo José Barros de Sousa, que foi o relator; Cleones Carvalho Cunha e Jamil de Miranda Gedeon Neto. Representando o Ministério Público do Maranhão (MPMA), participou a procuradora de justiça Mariléa Campos dos Santos Costa.

A medida foi adotada no julgamento de um agravo de instrumento, com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo MPMA, contra decisão do juízo de direito da Comarca de Bom Jardim, nos autos de uma Ação Civil Pública (Nº 0800421-46.2018.8.10.0074) proposta contra Francisco Alves de Araújo e outros agravados.

A Promotoria de Justiça de Bom Jardim ajuizou a Ação Civil Pública em razão de ilegalidades referentes ao pregão presencial nº 020/2017, no valor de R\$ 1.026.618,32, para contratação de aluguel de veículos. Além do prefeito, são alvos da ação a empresa R L DE FARIAS - ME, Roberto Lima de Farias, Neudivan de Jesus, Ayrton Alves de Araújo, Rossini Davemport Tavares Júnior e João Batista Mello Filho.

Como a Justiça de 1º grau indeferiu o pedido de afastamento do prefeito, o Ministério Público recorreu ao Tribunal de Justiça por meio do agravo de instrumento. Em sua

justificativa, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira alegou que foram demonstrados os requisitos legais para a concessão da medida liminar, pois o gestor municipal já responde a cinco demandas por improbidade administrativa. “Ele continua praticando atos ímprobos em sua gestão, de forma que sua permanência no cargo prejudicará a instrução processual”, argumentou.

OS FATOS

Conforme as investigações da Promotoria de Bom Jardim, o prejuízo ao erário público ficou caracterizado ao ser constatado que o procedimento licitatório questionado “visava tão somente regularizar os contratos de aluguel de veículos já existentes, antes do processo licitatório através do qual se contratou a empresa vencedora”. Segundo o promotor de justiça Fábio Santos Oliveira, o prefeito não apresentou documentos e informações requeridas pelo Ministério Público a respeito dos processos licitatórios do Município. Como foi provado nos autos, das 18 requisições expedidas, o gestor respondeu 15 fora do prazo ou com dados insuficientes, bem como não prestou qualquer resposta a três expedientes.

O chefe do Executivo de Bom Jardim também deixou de informar ao Ministério Público, apesar de diversas reiteraões, a “lista completa dos veículos locados para a Prefeitura (contendo placa, marca, ano, modelo, condutor, destinação, local onde fica estacionado após o uso); valor do contrato para cada veículo; cópia do contrato; extrato de pagamentos efetuados pelos serviços; nota fiscal dos aluguel; endereço e telefone dos proprietários dos veículos”.

Sobe/Desce

Desce

O prefeito de Bom Jardim e candidato à reeleição, Francisco Alves de Araújo, foi afastado do cargo, pelo prazo de 180 dias, por determinação unânime da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça. A ação ocorre em razão de ilegalidades referentes ao pregão presencial nº 020/2017, no valor de R\$ 1.026.618,32, para contratação de aluguel de veículos.

Carlos Brandão entrega obras do Governo em Imperatriz

KARLOS GEROMY



Brandão inaugurou em Imperatriz a Casa da Mulher Maranhense, que visa combater violência doméstica no município

Em agenda pelo interior do estado, o vice-governador Carlos Brandão fez a entrega de importantes equipamentos públicos em Imperatriz, nesta sexta-feira (6). O município foi contemplado com um Centro de Referência do Idoso. A Casa da Mulher Maranhense, já em funcionamento, foi outro equipamento público inaugurado na cidade.

PÁG.9

Vice-governador Carlos Brandão entrega obras do Governo em Imperatriz

KARLOS GEROMY

Em agenda pelo interior do estado, o vice-governador Carlos Brandão fez a entrega de importantes equipamentos públicos em Imperatriz, nesta sexta-feira (6). O município foi contemplado com um Centro de Referência do Idoso, com capacidade para atender cem idosos por dia, com serviços de fisioterapia, atividades físicas e culturais, pintura e inclusão digital, com aulas de computação. A Casa da Mulher Maranhense, já em funcionamento, foi outro equipamento público inaugurado na cidade. Como parte das ações do governo no combate à violência e feminicídio na região, a Casa visa garantir igualdade de direitos e oportunidades previstos na Constituição. Para isso, atende mulheres vítimas de violência doméstica, com apoio psicossocial e acompanhamento da Delegacia da Mulher, Patrulha Maria da Penha, Defensoria Pública, Juizado e Ministério Público. Foram inaugurados, ainda, dois sistemas de abastecimento de água, um escritório da Secretaria de Meio Ambiente; e obras do programa Mais Asfalto, que em 2020 contemplou o município com mais de 49 km de obras em vias urbanas, sendo 23 km de implantação de pavimentação asfáltica e 26 km de piçarramento



Brandão cumpre agenda em Imperatriz, município que recebeu mais de 49 km de obras do Mais Asfalto em 2020

de vias. O presidente da Agência Executiva Metropolitana do Sudoeste do Maranhão – Agemsul, Frederico Clementino, que acompanhou o vice-governador nas entregas, destacou que as inaugurações demonstram a atenção que o governo do Estado tem dado ao município de Imperatriz. "São vários equipamentos em áreas importantes entregues em um dia, que beneficiam toda a população e que consolidam a importância da nossa região".

O vice-governador Carlos Brandão ressaltou que as entregas do Governo aos municípios são rotineiras e visam, sobretudo, melhorias na saúde, educação, mobilidade urbana e melhor qualidade de vida à população. "O Governo não para e continua entregando importantes obras em todo o estado, mesmo diante dessa crise. E essa é uma dinâmica da nossa gestão: investir constantemente em ações que melhoram a vida das pessoas", frisou.

AGENDA EM DAVINÓPOLIS

Em passagem por Davinópolis, o vice-governador visitou as obras de construção de um terminal multimodal, das empresas Rumo e Brado, que vai movimentar cargas na ferrovia Norte-Sul, conectando as regiões Sudeste e Centro-Oeste às regiões Norte e Nordeste do país. Será o primeiro porto seco do Nordeste, e um importante empreendimento para o estado, gerando cerca de quatrocentos empregos diretos e indiretos durante a sua construção.

Servidor do TJMA é preso ao se passar por policial civil

Um servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) foi preso, nessa sexta-feira (6), durante cumprimento de mandado de busca e apreensão, na residência dele, no bairro Recanto Vinhais, em São Luís. Ele é acusado de fingir ser policial civil para cobrar dívidas. Segundo informações da Superintendência Estadual de Combate a Corrupção, denúncias apontavam que o homem, que se identificava como policial civil, estava realizando cobranças de

dívidas com violência e mediante emprego de arma de fogo. Durante o cumprimento do mandado, os policiais localizaram e apreenderam um revólver calibre38, com quatro munições intactas, em desacordo com determinação legal e regulamentar. O suspeito, que não teve o nome divulgado, assumiu ser dono da arma e foi autuado por posse irregular de arma de fogo. Ele pagou a fiança arbitrada e foi liberado. (AR)

Polícia prende mulher suspeita de integrar facção criminosa

Na tarde de sexta-feira (6), a Polícia Civil cumpriu, em São Luís, um mandado de prisão em desfavor de uma mulher acusada de integrar organização criminosa. Ela responde a um processo na 1ª Vara de Criminal da Capital. Segundo a Polícia Civil, durante o processo, a ré deixou a penitenciária mediante o uso de tornozeleira eletrônica, mas rompeu o equipamento e teve a

sua prisão preventiva novamente decretada.

Ao ser capturada ontem, ela foi flagrada com diversos cadernos de anotações, balança de precisão e a própria tornozeleira eletrônica rompida. A presa, que não teve o nome divulgado, foi encaminhada ao presídio feminino e os objetos apreendidos serão analisados durante investigação própria, de acordo com a polícia. (AR)